



Regulamento das Residências Universitárias Estudantis

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1

(Definição)

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) Residência Universitária Estudantil (RUE)**, os imóveis pertencentes, arrendados, sob usufruto, ou sob qualquer título da Universidade Joaquim Chissano (UJC), destinados à habitação dos seus estudantes;
- b) Bolseiro**, o estudante a quem tenha sido atribuída parte ou totalidade da bolsa de estudos;
- c) Bolsa completa**, aquela que habilita o estudante ao alojamento, subsídio, assistência médica e medicamentosa, gastos correntes e isenção de propinas;
- d) Bolsa parcial**, aquela que habilita o beneficiário ao subsídio e a isenção de propinas sem, contudo, contemplar qualquer outro benefício;
- e) Alojamento**, habilita o beneficiário somente ao alojamento mediante pagamento de renda de cama sem, contudo, contemplar qualquer outro benefício;
- f) Comissão de Residentes**, é um órgão eleito na Residência Universitária Estudantil da UJC dentre os estudantes residentes, cuja missão é apoiar na gestão dos assuntos da Residência;
- g) Abandono de residência** é a saída do estudante da residência sem justificação prévia por um período superior a 15 dias consecutivos.
- h) Pudor**, é o sentimento de vergonha, honestidade ou pejo, relacionado com instinto sexual e inato na generalidade das pessoas.

Artigo 2

(Âmbito)

As normas deste Regulamento aplicam-se aos estudantes de graduação que residem nas Residências Universitárias Estudantis sob gestão da UJC, funcionários ou trabalhadores afectos às mesmas residências e demais utentes.

Artigo 3

(Objectivos)

1. O Regulamento da RUE visa estabelecer os critérios de aquisição, exercício e extinção do direito ao alojamento e subsídio dos estudantes, contribuindo para a democratização da educação, possibilitando o ensino superior acessível a todos os estratos sociais.
2. A RUE visa garantir moradia ao estudante da UJC, criando condições para uma formação académica, de consciência social e profissional, além de proporcionar o estímulo à solidariedade universitária e institucional, contribuindo para o desenvolvimento pleno das actividades académicas, sócio-culturais, desportivas e de lazer.
3. A RUE destina-se aos estudantes matriculados na UJC, que sejam bolseiros e que, pelas suas condições, distância ou dificuldade de transporte, não possam residir com o agregado familiar, durante o ano lectivo.
4. A RUE proporciona ainda aos estudantes, condições de habitação, de estudo e bem-estar, que favoreçam o sucesso escolar e a integração social e académica dos mesmos.

§único - Excepcionalmente, o órgão gestor, coloca à disposição do estudante da UJC, o alojamento em regime de arrendamento, sem contemplar qualquer outro benefício.

CAPÍTULO II

AQUISIÇÃO, DURAÇÃO, E EXTINÇÃO DO DIREITO AO ALOJAMENTO

ARTIGO 4

(Aquisição do direito de alojamento)

1. Para aquisição do direito ao alojamento, o estudante bolseiro deve reunir os seguintes requisitos:
 - a) Estar matriculado em qualquer dos cursos de graduação ministrados na UJC no período diurno;

- b) Ser beneficiário da bolsa completa ou alojamento;
 - c) Ter idade não superior a vinte e cinco anos, sem prejuízo de casos excepcionais.
2. Para aquisição do direito ao alojamento, o estudante arrendatário deve:
- a) Estar matriculado em qualquer dos cursos de graduação ministrados na UJC no período diurno, com excepção de estudantes estrangeiros que venham no âmbito de intercâmbio de cooperação com a UJC;
 - b) Ter assinado um contrato de arrendamento de cama, após deferimento do respectivo pedido pelo director do órgão gestor das Residências Universitárias Estudiantís.
3. O direito ao alojamento é pessoal e intransmissível.
4. A partir do momento em que adquire o direito ao alojamento, o estudante passa a ter um processo individual onde vai constar o seu registo biográfico.

Artigo 5

(Renda)

1. O estudante residente em regime de arrendamento de cama deve, até ao dia 10 de cada mês, pagar a respectiva renda, podendo, se desejar, efectuar o pagamento antecipado. A falta de observância do prazo indicado neste número, sujeita o estudante residente à:
- a) Multa de 10%, se pagar no intervalo entre 10 à 20;
 - b) Multa de 20%, se pagar após o dia 20;
 - c) Multa de 50%, se pagar no mês seguinte;
 - d) Expulsão da residência, após dois meses de dívida injustificada.
- 2 A mensalidade referente ao arrendamento de cama é fixada pelo órgão gestor das Residências Universitárias Estudiantís da UJC e homologada pelo Vice-Reitor da área administrativa.

ARTIGO 6

(Duração do direito de alojamento)

1. O direito ao alojamento nas Residências Universitárias Estudiantís da UJC coincide com o da duração normal do curso.

2. O estudante poderá permanecer nas Residências Universitárias Estudantis em caso de prorrogação do direito ao alojamento e apenas pelo período de tempo necessário e concedido.

ARTIGO 7

(Período de férias)

1. As Residências Universitárias Estudantis da UJC estarão encerradas em cada final do semestre ou ano académico, salvo se existir residentes que por razões atendíveis estiverem autorizados a manter-se nas Residências, por despacho do director do órgão gestor.

2. Caberá ao órgão gestor das RUE fixar a data e o período em que as Residências estarão encerradas, sem prejuízo do calendário académico.

ARTIGO 8

(Extinção do direito ao alojamento)

1. O direito ao alojamento do estudante extingue-se nas seguintes circunstâncias:

- a) Conclusão do curso;
- b) Saída da RUE por livre vontade por um período de 15 dias;
- c) Prescrição do direito à matrícula;
- d) Anulação da matrícula;
- e) Termo do prazo estabelecido no contrato de arrendamento de cama;
- f) Não pagamento das rendas de cama dentro dos prazos estabelecidos;
- g) Expulsão da Residência;
- h) Desistência do curso;
- i) Perda da condição de bolseiro, nos termos do Regulamento de Bolsas;
- j) Gravidez;
- k) Mau aproveitamento pedagógico, nos termos do Regulamento de Bolsas;
- l) Prestação de falsas declarações ou omissão dolosa de dados;
- m) Mau comportamento e má conduta.

2. Perde, de igual modo, o direito a alojamento o presumível parceiro da estudante grávida, se outra coisa não resultar da vontade das partes.

3. O estudante cujo direito ao alojamento tenha sido extinto deve abandonar a Residência no prazo de quinze dias, contados a partir da data da notificação ou defesa do trabalho de fim de curso.

4. Os quinze dias não são aplicáveis ao estudante expulso, cuja saída deve ser imediata.

CAPÍTULO III

GESTÃO DE RESIDÊNCIAS, ASSEIO E ALIMENTAÇÃO

Artigo 9

(Gestão e Fiscalização)

Compete à Direcção de Acção Social da UJC, nomeadamente:

1. Governar e gerir as Residências Universitárias,.
2. Planificar e coordenar os programas de Residências e Restaurantes universitários.
3. Efectuar inspecções regulares às Residências para eventuais reparações e substituições de mobiliário, roupa de cama ou outros utensílios que pelo uso, ou outro motivo, se tenham deteriorado.
4. Assegurar que as RUE estejam apetrechadas de electrodomésticos e mobiliário indispensável para a acomodação dos estudantes, de acordo com os recursos disponíveis.
5. Ter acesso total aos quartos da Residência e poder visitá-los sem oposição, desde que haja suspeita ou denúncia de alguma irregularidade.
6. Ter, para efeitos de fiscalização, acesso aos espaços individuais dos residentes na presença destes ou com o seu consentimento prévio.
7. Recolher talões de depósito de arrendamento de cama e encaminhá-los à entidade competente.
8. Coordenar as actividades diárias relativas ao bem-estar dos residentes;
9. Fiscalizar o cumprimento, nas residências, do presente Regulamento, das decisões dos órgãos de direcção, referentes à vida estudantil.
10. Assegurar o aprovisionamento de bens necessários ao bom funcionamento da residência
11. Garantir o cumprimento das disposições regulamentares e as orientações emanadas pela gestão de residências.
12. Receber, alojar e acompanhar a estadia dos estudantes bolseiros e arrendatários.
13. Exercer demais actividades da sua competência.

Artigo 10

(Asseio da Residência)

1. Compete aos funcionários ou trabalhadores afectos à RUE proceder a limpeza das instalações e à arrumação dos móveis dos espaços comuns, incluindo as partes interiores.
2. A limpeza dos quartos da RUE está a cargo dos próprios estudantes.
3. O trabalho referido no n.º 1 deste artigo caberá aos estudantes nos sábados, domingos e feriados.
4. Para o cumprimento do estipulado nos números anteriores deste artigo, os chefes do piso/bloco ou de flat, ou os membros do quarto, devem fixar uma escala de limpeza cujo cumprimento é de carácter obrigatório.

Artigo 11

(Alimentação e Tratamento de Roupas)

1. A confecção de pequeno-almoço, lavagem e tratamento de roupa, só são permitidas em respectivas copas e lavandarias.
2. A entrega de roupas à lavandaria obedece uma escala própria, a ser feita pelo órgão gestor de Residência.
3. Os residentes tomarão as suas refeições nos refeitórios indicados, podendo, contudo, excepcionalmente, e em caso de doença, ser servida refeição nos quartos.

CAPÍTULO IV

RELACIONAMENTO, ACESSO E DANOS

Artigo 12

(Relacionamento entre Residentes e Funcionários)

Os funcionários e residentes devem manter uma atitude de respeito mútuo e observar a disciplina imprimida em cada Residência.

Artigo 13

(Acesso)

O acesso à Residência obedecerá às disposições constantes do presente artigo e ao horário a ser fixado pelo despacho do órgão gestor da RUE.

- a) Os visitantes, para terem acesso à uma Residência, devem identificar-se junto do segurança, o qual ficará com o documento de identificação exibido e a identidade do visitado.
- b) Em caso de o visitante ultrapassar a hora limite de visita, levará o seu documento de identificação mediante entrega ao segurança do documento de identificação do visitado, o qual só será levantado no dia seguinte junto do órgão gestor da RUE.
- c) Em caso de danos materiais nos bens pertencentes à Residência pelo visitante, a responsabilidade será imputada ao visitado.
- d) O órgão gestor das Residências Universitárias Estudantis da UJC coordenará os serviços de visitas com a Comissão de Residentes.

§ Único- O horário a ser indicado pelo órgão gestor poderá ser alterado quando solicitado por motivo atendível.

Artigo 14

(Danos)

1. Os danos provocados pelo estudante aos equipamentos e instalações são de responsabilidade individual, excepto se se comprovar que tais danos resultaram de actos involuntários. Quando a responsabilidade individual não poder ser apurada, esta deverá ser assumida por todos os residentes que à data se encontrem alojados no quarto, no andar ou no bloco, rateadamente.
2. A responsabilidade referida no número anterior será materializada por retenção na fonte para os estudantes bolseiros e pagamento por depósito e posterior apresentação do comprovativo para os estudantes arrendatários.
3. O estudante arrendatário que não cumprir com o disposto no número 2 deste artigo em 30 dias incorre em multa.

CAPÍTULO V
DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E COMISSÃO DE RESIDENTES

Artigo 15

(Direitos dos Estudantes Residentes)

São direitos dos estudantes residentes, entre outros:

- a) Ser tratado com respeito;
- b) Receber o quarto em plenas condições de habitação e segurança;
- c) Ter acesso às informações relativas à gestão da Residência;
- d) Solicitar gratuitamente serviços de lavanderia para roupa de cama e cortinas do seu quarto;
- e) Ter acesso ao presente Regulamento;
- f) Eleger e ser eleito para membro das estruturas existentes na Residência;
- g) Ter um bom ambiente de repouso e estudo;
- h) Utilizar os materiais e equipamentos postos à sua disposição;
- i) Poder impugnar decisões que lhe afectem;
- j) Fazer chegar aos representantes da Residência propostas tendentes a melhorar o ambiente da residência;
- k) Participar ao órgão gestor qualquer situação anómala entre residentes ou entre estes e funcionários ou trabalhadores.

Artigo 16

(Deveres dos Estudantes Residentes)

São deveres dos estudantes residentes, entre outros:

- a) Respeitar o presente Regulamento;
- b) Zelar pelo património, preservando as instalações prediais de modo a garantir a sua manutenção e durabilidade;
- c) Tratar com respeito e dignidade seus colegas residentes, os visitantes, assim como todos os funcionários ou trabalhadores em serviço na RUE;

- d) Comunicar às instâncias competentes quaisquer actos que prejudiquem a convivência na residência;
- e) Identificar-se a qualquer autoridade da UJC sempre que lhe for solicitado;
- f) Manter-se no quarto onde foram instalados;
- g) Impedir que nos seus quartos pernoitem ou se alojem pessoas diferentes das indicadas, sob pena de responsabilização;
- h) Abandonar a residência no prazo de quinze dias quando perderem a qualidade de residente, devendo neste acto entregar todos os materiais que tenham recebido naquela qualidade ao órgão gestor da RUE;
- i) Zelar pela boa utilização e conservação dos bens e equipamentos que utilize, nomeadamente, aqueles relacionados no inventário, do qual deverá tomar conhecimento quando entrar na residência;
- j) Participar ao órgão gestor ou ao guarda de serviço qualquer facto que perturbe o ambiente da residência ou viole uma norma do presente Regulamento ou orientação;
- k) Abandonar a residência imediatamente quando perder a qualidade de residente por expulsão ou título equivalente;
- l) Comunicar por escrito ao órgão gestor, em caso de necessidade de ausentar-se da residência;
- m) Entregar o quarto nas condições em que o recebeu, salvo casos de desgaste decorrente de uso normal do imóvel.

ARTIGO 17

(Normas Proibitivas)

É expressamente proibido:

- a) Fumar dentro das Residências Universitárias;
- b) Confeccionar refeições nas residências, salvo excepções previstas neste Regulamento;
- c) Tomar refeições e conservar comida nos quartos, salvo casos devidamente autorizados;
- d) Permitir a entrada e pernoita de pessoas estranhas nos quartos;
- e) Desrespeitar colegas, funcionários ou trabalhadores na residência;

- f) Praticar qualquer acto que constitua infracção, dentro e/ou no logradouro da Residência Universitária;
- g) Fazer poluição sonora nas Residências Universitárias;
- h) Entrar de maneira forçada;
- i) Portar, vender, consumir bebidas alcoólicas ou estupefacientes nas Residências Universitárias;
- j) Portar armas;
- k) Atentar contra o pudor;
- l) Dormir fora dos respectivos quartos, salvo casos previamente autorizados ou justificados;
- m) Ser portador e manter nas Residências Universitárias utensílios ou materiais que possam perigar a vida ou integridade física ou emocional dos residentes, funcionários, trabalhadores e demais utentes das Residências;
- n) Praticar negócio de qualquer natureza;
- o) Afixar anúncios de propaganda, ou qualquer outro tipo de publicidade nas paredes das Residências Universitárias;
- p) Praticar assédio sexual nas Residências Universitárias.

Artigo 18

(Composição e Competências da Comissão de Residentes)

1. A Comissão de Residentes é composta por:
 - a) Presidente, que preside e coordena todo o trabalho da Comissão;
 - b) Chefes de piso ou bloco;
 - c) Chefe de saúde e higiene;
 - d) Chefe de cultura e desporto.
2. São competências da Comissão de Residentes, entre outros:
 - a) Velar pela organização e disciplina na residência;
 - b) Garantir o cumprimento do presente Regulamento e das orientações emanadas pelo órgão gestor das RUE;

- c) Assessorar e transmitir as preocupações e problemas relacionados com o bem-estar dos residentes, sempre que excedam a sua capacidade ou limites de intervenção ou de solução;
- d) Promover reuniões periódicas de trabalho com os residentes;
- e) Promover, em coordenação com o órgão gestor, reuniões de análise do trabalho dos funcionários e trabalhadores em serviço na residência;
- g) Tomar medidas provisórias para casos urgentes enquanto se procura a melhor solução.

CAPÍTULO VI

RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

Artigo 19

(Noção de Infracção Disciplinar)

Constitui infracção disciplinar, toda a acção ou omissão que viole o disposto no presente Regulamento ou em demais legislação em vigor na Universidade Joaquim Chissano, que não constitua crime.

Artigo 20

(Princípios Gerais)

1. O residente que não cumpra, ou que falte com os seus deveres, ou de qualquer forma prejudique o bom funcionamento da residência, será sujeito à procedimento disciplinar ou à aplicação de sanções disciplinares à luz deste Regulamento, sem prejuízo de procedimento criminal ou cível.
2. A principal finalidade da sanção é, além da repreensão e contenção da infracção disciplinar, a educação do estudante residente para adesão voluntária à disciplina.
3. A falta de cumprimento dos deveres por acção ou omissão dolosa ou culposa é punível ainda que não tenha resultado em prejuízo à UJC.

Artigo 21

(Sanções Disciplinares)

São aplicáveis ao estudante residente nas RUE da Universidade Joaquim Chissano, dentro dos limites legais, as seguintes sanções disciplinares:

- a) Repreensão oral;
- b) Repreensão registada;
- c) Multa;
- d) Suspensão de emissão de certificado;
- e) Expulsão.

Artigo 22

(Conceito e conteúdo das sanções disciplinares)

As sanções disciplinares consistem no seguinte;

- a) Repreensão oral - crítica oral feita ao infractor pelo órgão gestor, da qual se reduz um simples termo escrito;
- b) Repreensão registada – crítica feita ao infractor pelo órgão gestor, a qual é registada no seu processo individual;
- c) Multa – consiste numa prestação pecuniária paga pelo infractor, cujo valor mínimo será de 500,00MT, conforme a avaliação dos prejuízos causados;
- d) Suspensão de emissão do certificado do curso, consiste em privar o estudante de receber, por parte da instituição, o documento que certifica a conclusão de um determinado curso para efeitos de conferência do respectivo grau académico;
- e) Expulsão - consiste no afastamento imediato e definitivo do estudante da residência pela Direcção da Universidade Joaquim Chissano.

Artigo 23

(Repreensão oral)

A repreensão oral aplica-se ao estudante residente que:

1. Falte respeito aos colegas, funcionários ou trabalhadores e outros utentes da residência.
2. Tiver conduta e comportamento susceptíveis de colocar em risco a integridade física, moral e o convívio pacífico e harmonioso dos residentes e funcionários ou trabalhadores da RUE.
3. Alojjar no seu quarto (ou noutro) colegas, familiares, esposo (a) ou amigos (as), excepto casos previamente autorizados pelo órgão gestor da residência.
4. Não cumprir o horário de permanência de visitantes na residência.
5. Usar fogões, chaleiras eléctricas e ferros de engomar nos quartos, existindo cozinhas e lavandarias para o efeito ou tomar refeições no quarto.
6. Ausências constantes nas reuniões e programas convocados pelas Comissões de Residentes sobre assuntos de interesse da comunidade de residentes.
7. Fumar nos quartos e áreas comuns da residência.
8. Impedir ou obstruir a fiscalização dos quartos pelos funcionários do órgão gestor das Residências Universitárias Estudantis no desempenho das suas funções.
9. Possuir ou albergar animais nos quartos.
10. Utilizar incorrectamente as instalações e equipamento da residência.
11. Desarrumar ou mudar de quarto sem prévia autorização do órgão gestor das Residências Universitárias.
12. Causar ruídos oriundos de altifalantes, microfones, máquinas, instrumentos musicais.
13. Portar, introduzir bebidas alcoólicas ou outras substâncias proibidas.
14. Colocar cartazes nas paredes, bem como efectuar qualquer tipo de inscrições nas mesmas.

§ Único: Os Avisos, anúncios e outro tipo de informação de utilidade académica, devem ser afixados em vitrinas expostas em espaços comuns.

Artigo 24

(Repreensão Registada)

A sanção de repreensão registada aplica-se ao residente que:

1. Após repreensão oral, reitera na prática dos actos constantes no artigo anterior.
2. Realizar festas ou eventos nas residências sem prévia autorização.
3. Tomar atitudes que, directa ou indirectamente, prejudiquem os colegas na sua dignidade e o bom nome da instituição.

4. Vender ou consumir bebidas alcoólicas na residência ou fumar no interior de residências.
5. Confeccionar refeições nas residências.
6. Perturbar a ordem ou o bem-estar dos outros colegas na residência.
7. Ter atitudes de desrespeito pelos colegas, funcionários e trabalhadores em serviço na Residência.
8. Ser reincidente ou acumule mais de duas infracções punidas com a pena de repreensão oral.

Artigo 25

(Multa)

A sanção de Multa aplica-se ao residente que:

1. Tomar para si os bens pertencentes ao património da Residência Estudantil.
2. Trazer para dentro da residência objectos que pela sua natureza não se enquadrem na função das residências ou no seu normal funcionamento.
3. Praticar infracção em que não caiba aplicação das penas de repreensão oral ou registada.
4. Remover para o espaço individual, qualquer tipo de equipamento pertencente às áreas comuns da Residência.
5. Danificar equipamento pertencente a Residência Estudantil, se outra sanção não couber.
6. Não efectuar o pagamento de rendas dentro dos prazos estabelecidos no presente Regulamento.

Artigo 26

(Suspensão de emissão do certificado de conclusão do curso)

1. A sanção de suspensão de emissão do certificado de conclusão do curso é aplicável ao estudante residente que:
 - a) Abandonar a residência com dívidas ou indícios de vir a faltar ao cumprimento desta obrigação;
 - b) Não devolver os bens recebidos na qualidade de residente.
2. A suspensão de emissão do certificado de conclusão do curso configura uma sanção compulsória, que, pela sua natureza, cessa com a reparação do dano.
3. Para efectivação da situação descrita na alínea a) do nº 1, cabe ao órgão gestor das Residências Universitárias Estudantis coordenar com a Direcção do Registo Académico.

Artigo 27

(Expulsão)

A sanção de Expulsão aplica-se ao estudante residente que tiver praticado qualquer uma das seguintes infracções:

1. Prática, de forma sistemática e reiterada, dos actos punidos nos termos dos artigos 24 e 25 do presente Regulamento.
2. Roubo, furto, abuso de confiança, burla, posse ou consumo ou venda de estupefacientes, ou outras infracções passíveis de procedimento criminal.
3. Portar armas de qualquer espécie.
4. Realização de eventos na residência sem a prévia autorização do órgão gestor das RUE que resultem em ofensas corporais voluntárias ou involuntárias.
5. Incitamento à desordem, indisciplina ou desobediência.
6. Guardar e comercializar qualquer tipo de produto ilícito.
7. Ou qualquer outro tipo de crime punível na legislação vigente na UJC e na ordem jurídica moçambicana.

Artigo 28

(Competências para aplicação da sanção)

1. São competentes para aplicar a pena de Repreensão Oral, o órgão gestor da RUE e todas as estruturas da Universidade Joaquim Chissano hierarquicamente superiores.
2. É competente para aplicar as penas de Repreensão Registada e Multa, o director do órgão gestor das Residências Universitárias Estudantis.
3. É competente para propor à Direcção do Registo Académico a suspensão da emissão do certificado do curso, o director do órgão gestor das Residências Universitárias Estudantis.
4. É competente para aplicar a pena da expulsão, sob proposta do Director do órgão gestor das RUE, o Reitor da Universidade Joaquim Chissano, podendo delegar a competência ao Vice-Reitor.

Artigo 29

(Processo disciplinar)

A aplicação das sanções previstas no artigo 21, alíneas b) a e), é precedida de um procedimento disciplinar reduzido a escrito.

Artigo 30

(Execução da pena de expulsão)

É da competência do órgão gestor das RUE da Universidade Joaquim Chissano, garantir a execução da pena de expulsão dentro do prazo estabelecido no presente Regulamento.

Artigo 31

(Garantias impugnatórias dos estudantes e prazos)

1. Ao estudante residente na Residência Universitária Estudantíl da UJC assistem as seguintes garantias particulares:
 - a) Reclamação;
 - b) Recurso hierárquico;
 - c) Recurso contencioso.
2. As garantias referidas no número anterior deste artigo prosseguem observando os seguintes procedimentos:
 - a) Reclamação, quando a impugnação é dirigida ao autor do acto impugnado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do conhecimento da decisão;
 - b) Recurso hierárquico, quando a impugnação é dirigida ao Magnífico Reitor, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do conhecimento da decisão;
 - c) Recurso contencioso, quando interposto junto ao Tribunal Administrativo no prazo constante em legislação específica.

ARTIGO 32

(Termo de responsabilização)

1. Para efeitos do presente Regulamento, a responsabilização representa o dever de reparação por parte do estudante residente dos bens da Residência Universitária Estudantíl danificados.

2. O pagamento não isenta o estudante residente da responsabilização disciplinar que poderá resultar num processo autónomo e não representa dupla penalização para uma mesma infracção.
3. Compete ao órgão gestor das Residências Universitárias Estudantis determinar o valor da indemnização, em função do objecto ou bem danificado.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33

(Modificação e Cessação do Regulamento)

1. Tem iniciativa de modificar o Regulamento da RUE o órgão gestor das residências, desde que este apresente a proposta à Direcção da UJC.
2. Este Regulamento é revogável a todo o tempo.

Artigo 34

(Interpretação e integração de lacunas)

Os problemas de interpretação, dúvidas, omissões e integração de lacunas decorrentes da aplicação deste Regulamento são da competência do Reitor da Universidade Joaquim Chissano.

Artigo 35

(Entrada em Vigor)

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Maputo.... de Julho de 2021

O Presidente do Conselho Universitário

Tomaz Augusto Salomão